

02 JUN 1999

JORNAL DO BRASIL

Louros dos Derrotados

e. leivas presidenciais

O presidente Fernando Henrique diagnosticou, em entrevista pela TV Bandeirantes, precipitação nos aliados do governo e excitação nos adversários. A precipitação tem a ver com a tomada de posição antecipada, para a futura sucessão presidencial, por parte dos partidos que se juntaram para reeleger-lo. Quem vence eleição tem primeiro de realizar os compromissos de campanha em quatro anos de mandato. Decorridos seis meses, a hora de encaminhar a sucessão ainda está longe. É preciso antes realizar os compromissos assumidos com a nação.

Em parcela da oposição, cujo perfil se desenha com traços radicais, Fernando Henrique identifica o sintoma que predominava na política brasileira sob a Constituição de 46 e que especializou a UDN na criação de fórmulas para golpear as instituições. A diferença está na inexistência de condições objetivas para contestar resultado de eleição desfavorável. A pregação golpista, segundo o presidente, é "lacerdismo sem golpe armado", que era larvar mas contava com base parlamentar e eventualmente se fazia majoritária, sem falar na participação das Forças Armadas. A atual impaciência oposicionista, com duas derrotas nas costas, desrespeita os eleitores e tem como receita a fabricação de crise.

Por estar de mãos abanando, sem votos para decidir no Congresso, a tendência oposicionista se ressentida da falta de opinião pública e foi definida pelo presidente como "golpismo abstrato", por impossibilidade de concretizar seus objetivos. A empreitada é verbal e recorrente, pois só se impressionam com a pregação os próprios pretendentes já convencidos de que não lhes resta outro caminho senão à margem da legalidade. Os cidadãos fazem juízo de valor a partir dos fatos. Ninguém, em sã consciência, acredita que o presidente Fernando Henrique tenha algo a ver com o objeto das CPIs do Senado, no caso dos bancos em geral e do Banco Central em particular, ou das questões envolvendo juízes – e cuja razão de ser é apressar a reforma do Judiciário.

O cidadão não se deixa envolver pela retórica de notórios derrotados em eleições presidenciais, com a intenção de obter por fora o que lhes foi negado pelas urnas. Ou, na melhor hipótese, a satisfação de tirar do poder quem os venceu legitimamente. Os eleitores não precisam que malsucedidos candidatos queiram pensar por eles. Tanto mais que, no caso atual, o presidente foi reeleito pela sociedade que sabe do que queria e que não queria. Foi transparente.

Que sentido político, institucional ou moral teria o sonho do *impeachment* presidencial? Ninguém acredita que o pacto do caos se satisfizesse em afastar o presidente para empossar o vice. Portanto, o veneno golpista seria letal para a legalidade e a democracia tantas vezes sacrificada pelas ambições que perturbam cabeças coroadas de derrotas. Como o clima de irresponsabilidade oposicionista não gera fatos, esse radicalismo residual leva os figurantes a se excitarem e a não reconhecerem a realidade. Assim como não há condições objetivas para tentar o golpe, empenham-se em criar em vão condições subjetivas – na "ânsia de quebrar regras" e "desrespeitar o voto popular".

O saldo do passado é o reconhecimento de que o caminho mais curto se torna o mais longo para o poder: o udenismo, no seu pior sentido, para chegar ao poder ficou com o candidato Jânio Quadros, que era a negação de tudo que a UDN pregava. Venceu mas ficou de fora. A impaciência sem votos se agarrou ao golpe e o resultado escapou ao controle. A solução militar liquidou os partidos, incluindo seu arauto principal.

No mesmo dia em que o presidente fazia observações oportunas sobre a verbalização extralegal, além de ressumar a ressentimento, o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que percorre os estados falando pela televisão, repetia que o Brasil vive uma "crise moral e ética sem precedentes" (a prova de que não conhece a História e de que tem memória fraca). A crítica à política econômica é uma questão de princípio ideológico para o socialismo remanescente, a referência a irregularidades financeiras está entregue às CPIs que garimpam responsabilidades.

Ao aproximar-se do clímax vazio, Luís Inácio perde o controle das palavras que não formam idéia mas confirmam o teor golpista: "Quero lembrar ao povo brasileiro que, por muito menos, o presidente Nixon renunciou à presidência dos Estados Unidos." As fitas de arapongas subiram à cabeça de Lula e não conseguem descer. Foi por muito mais: Nixon não renunciou em 1974 para servir de pretexto ao presidente de honra do PT, mas para fugir ao *impeachment* que o Congresso ia votar. Fez um acordo. No Brasil, com a absoluta ausência de motivos para a solução, a fração radical da oposição – infinitamente minoritária – faria melhor se começasse a trabalhar pela eleição municipal do ano 2000 para ver se inaugura o novo século com saúde moral e política para sobreviver no futuro, e não se enterrar neste milênio. Os golpes são os louros dos derrotados.